



Educação Ambiental e a “Desinvisibilização” da Comunidade do Povoado Ribeira no Processo de Gestão Ambiental do Parnasi.

Luanne Michella Bispo Nascimento – SEED

RESUMO

O presente artigo objetivou discutir as ações de EA realizadas pela gestão do PARNASI antes/durante/após a sua implementação, bem como a participação da comunidade nesse processo, apontando a EA como uma das principais ferramentas para a desinvisibilização da população. Para tanto, foram realizados trabalhos de campo de cunhos quantitativo e qualitativo, pautados nos estudos etnoecológicos. Constatou-se que a comunidade do povoado Ribeira foi invisibilizada durante o processo de criação da UC. O conceito de invisibilização refere-se à não participação ou à pseudoparticipação das comunidades do entorno de UCs. Durante a fase de implementação houve um DRP, e algumas ações de EA, porém ambos não ficaram registrados na memória dos entrevistados. Para promover a desinvisibilização da comunidade é necessário traçar metas para promover sua participação funcional, deixando de ser passiva. Seria necessário que a gestão do PARNASI concebesse o protagonismo das ações de EA nesse caminho.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Desinvisibilização.

1. Introdução

Os Parques Nacionais (ParNa's) são Unidades de Conservação (UC's) de proteção integral, ou seja, que não permitem a exploração de seus recursos naturais. Eles cumprem a função de preservação de ecossistemas naturais, possibilitando pesquisas científicas e de educação, além de permitir a recreação e o turismo ecológico. No Brasil, as UC's não existem em vazios demográficos como nos EUA que ocorrem áreas desabitadas. Ao resistirem e permanecerem, seu modo de vida e de sobrevivência não são reconhecidos e passam ser criminalizados.

No ParNa (Parque Nacional) é obrigatória a elaboração de um plano de manejo, instrumento de zoneamento da UC (Unidade de Conservação), dividindo-a em setores. A elaboração desse plano deveria acontecer de forma participativa, levando em consideração os interesses da comunidade local. Porém, devido ao nosso modelo de

proteção da natureza, que conta com um plano de manejo tecnocrático, autoritário e excludente, observamos a existência de um impasse vivenciado de um lado pela criação UC's, que impõem restrições legais ao uso de recursos naturais, e, de outro, pela realidade dos povoados caracterizados pela dependência econômica de seus moradores aos recursos naturais e de atividades econômicas e culturais não sustentáveis.

Existem vários conceitos para conservação, mas na prática, a teoria não se aplica, pois se limita apenas à criação de áreas protegidas “desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais” (DIEGUES, 1996, p.2). O manejo para a conservação de áreas naturais deve levar em consideração as representações presentes no imaginário das comunidades.

É imprescindível que a gestão do PARNASI (Parque Nacional Serra de Itabaiana) entenda que não existem práticas gestoras dissociada das práticas educativas, pois estas tratam:

“[...] de fomentar-lhes capacidades, de modo que desenvolvam o conhecimento pessoal com relação ao meio em que vivem, sustentados por um pensamento crítico. A aprendizagem deveria ser, deste modo, um processo de produção de significações e de apropriação subjetivado conhecimento. Isso requer o resgate e a reavaliação do conhecimento tradicional e da sabedoria popular com seus elementos básicos: o saber individual, o saber local, o saber local, o saber global, o saber singular, o saber concreto, o saber prático” (RODRIGUES, SILVA, 2010, p.141)

Assim, o objetivo básico da Educação Ambiental (EA) seria a incorporação da cultura ambiental nas percepções, e nos comportamentos e no imaginário da população, afim que desenvolvam o comportamento de conservação do meio em que vivem. Para LEFF (1994) a EA estaria relacionada à formação de uma nova cultura ambiental e um dos elementos que deveria estar pautada seria a implementação de projetos de gestão ambiental participativa que levem ao desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos necessários à solução dos problemas ambientais.

A gestão do PARNASI deve adotar estilos alternativos de desenvolvimento, revalorizando as dimensões socioambientais, o resgate da diversidade cultural em benefício de um manejo integrado e sustentável dos recursos existentes nas localidades consideradas, que fossem pautados na democracia ambiental e autogestão comunitária.

Talvez, ao adotar tais ações a gestão promova uma gestão ambiental racional por parte da comunidade do entorno, trazendo benefícios para a conservação:

“A gestão ambiental é definida como a condução, direção, controle e administração do uso dos sistemas ambientais, mediante certos instrumentos, regulamentos e normas, financiamento, disposições institucionais e jurídicas. Para se manter maior volume de dividendos da exploração dos recursos e

serviços ambientais, a gestão deverá ser ambientalmente racional, a fim de garantir a conservação e regeneração de suas propriedades, evitando-se ao máximo a sua deterioração.” (RODRIGUES, SILVA, 2010, p.165)

Contudo, a gestão do PARNASI, ao adotar essa concepção, deve compreender que a gestão ambiental depende “dos que a fazem desfrutarem e dela se aproveitam, [...] de que conheçam e assimilem, ao máximo, instrumentos de gestão, ou seja, os regulamentos, normas e disposições institucionais e jurídicas, para levá-la a cabo” (RODRIGUES, SILVA, 2010, p.165). Novamente tornam-se imprescindíveis ações de educação ambiental para informar a comunidade envolvida e despertar o anseio pela conservação ambiental do meio em que vive, ainda que seja apenas pelo interesse de manter o estoque de recursos naturais em equilíbrio.

O conceito de invisibilização refere-se à não participação ou à pseudoparticipação das comunidades do entorno de UCs. Os pontos de vista de boa parte dos atores envolvidos são invisibilizados, preponderando o discurso hegemônico daqueles que detêm poder. Para promover a desinvisibilização da comunidade é necessário traçar metas para maximizar sua participação. Ações de EA teriam papel protagônico nesse caminho.

De acordo com (PIMBERT & PRETTY, 1994) existem sete tipos de participação: a participação passiva, a participação como extração de informação, a participação por consulta, a participação por incentivos materiais, a participação funcional, a participação interativa e automobilização. Todos esses conceitos não devem ser usados sem qualificação. O problema das quatro primeiras é que obtêm resultados superficiais e fragmentados. Para envolver sustentavelmente a comunidade, é preciso alcançar ao menos a participação funcional.

Através da participação a cidadania e a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo são promovidas. Além disso, é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser “agente ativo” no processo em que estiver envolvido.

2. Procedimentos Metodológicos

2.1. Área de Estudo

O povoado Ribeira está localizado a 25 quilômetros de Itabaiana no sentido Aracaju com acesso através do povoado Cajaíba, se deslocando de carro cerca de 20

quilômetros de estrada de chão da BR 235 até o local do banho e cerca de 14 quilômetros até o centro da comunidade.

O povoado Ribeira se desenvolveu à sombra de um pequeno comércio gerado a partir de uma feira livre, quase toda baseada nos trabalhadores dos engenhos de açúcar da região do rio Vaza-Barris, hoje região sul do município de Campo do Brito, mas o povoado está localizado no município de Itabaiana, distante cerca de 20 km da sede.

Lá, encontram-se os Poções da Ribeira, um atrativo natural com vasta vegetação nativa e formações rochosas com paredões que chegam a medir 100 metros de altura, onde passa o riacho Ribeira que possui pequenas quedas d'água e poços para banhos. Poções da Ribeira é um vale encravado em 'V', com predominância de rochas magmáticas da Era Pré-Cambriana, localizado no domo esvaziado de Itabaiana.

A Ribeira é um dos mais antigos povoados do município de Itabaiana. Suas primeiras construções foram realizadas em 1867, com as primeiras casas residenciais construídas ao redor da capela, que deu origem ao povoado e existente até hoje. Antes de chegar ao local onde se instala o paredão, os pilões e os cânions das porções da Ribeira, passa-se pela ponte do riacho Santo Antônio e se percebe uma densa vegetação nativa, além de montanhas e pedras cristalizadas, formando paredões de 100m de altura que servem para os administradores do rapel e alpinismo.

2.2. Metodologia

A proposta metodológica desenvolvida foi pautada nos estudos etnoecológicos, reconhecendo-os como um campo de cruzamento de saberes e busca uma integração entre a Antropologia e a Biologia no estudo das relações entre as sociedades humanas e a natureza. Preocupados em não dissociar os problemas ambientais dos sociais, adotaremos como metodologia o trabalho de campo, entendendo-o como “[...] uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento” (BRANDÃO, 2007, p. 13)

O trabalho de campo foi dividido em quatro etapas: 1ª visitas preliminares; 2ª aplicação de questionários quantitativos; 3ª realização de entrevistas de cunho qualitativo; 4ª observações *in locus* dos dados colhidos.

Após a coleta das informações, transcrevemos as gravações e/ou observações e sistematizamos as informações obtidas pelo trabalho de campo. No caso dos relatos orais, os procedimentos adotados dividiram-se em anotações e registros da realidade

observada nos povoados. Depois de sistematizados, os dados foram interpretados conforme o objetivo da pesquisa.

Para o presente estudo, a importância das fontes orais passa, também, por sua capacidade de dar visibilidade a processos sociais não perceptíveis por meio de dados quantitativos. Ou seja, é a utilização de fontes orais que viabilizará reconstruir as relações sociais e seus saberes das comunidades dos povoados estudados posto que a bibliografia sobre o tema é praticamente inexistente.

3. Resultados e Discussão

O presente trabalho discute alguns dos resultados obtidos na pesquisa realizada para a dissertação no Programa de Mestrado de Desenvolvimento e Meio Ambiente, apresentada em 2014. De abril a julho de 2012 (1ª etapa), e de março a agosto de 2013 (3ª etapa), foram realizados trabalhos de campo, nos quais desenvolvemos entrevistas de cunho quantitativo e qualitativo, respectivamente. O povoado Ribeira conta com 328 habitantes (IBGE, 2010), onde foram aplicados 48 questionários, dos quais 47,9% dos entrevistados eram mulheres e 52,1% eram homens. Apresentam uma renda melhor do que o povoado anteriormente citado, pois 43,8% tem uma renda de um salário mínimo.

Apesar de muitos dos respondentes terem o ensino fundamental incompleto (31,3%) ou serem analfabetos (22,9%), 14, 6% tinha ensino médio. Talvez, o melhor grau de instrução justifique um pequeno aumento na participação durante o processo de criação do PARNASI.

Tabela 01. Escolaridade do/a responsável do domicílio.

Escolaridade responsável	N.	%
Ensino Fundamental Incompleto	15	31,3
não alfabetizado/a	11	22,9
Ensino Médio	7	14,6
Ensino Fundamental	6	12,5
Ensino Médio Incompleto	4	8,3
Graduada	3	6,3
n.r.	1	2,1
Lê e escreve o nome	1	2,1
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: abril/2012

Tabela 02- Renda do responsável do domicílio

Salários mínimos	N.	%
1 salário	21	43,8
< 1 salário	9	18,8
Não respondeu	9	18,8
> 1 < 2 salários	6	12,5
> 2 < 3 salários	2	4,2
> 3 < 4 salário	1	2,1
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de campo. Abril 2012

A partir dos dados, percebe-se que mais da metade dos entrevistados não possui sequer o ensino fundamental completo. Apenas 14,6% possuem o ensino médio e um percentual ainda menor, 6,3%, responderam ter o ensino superior completo.

A renda dos responsáveis pelo domicílio é muito baixa, assim como a escolaridade. Mais de 50% dos respondentes possuem renda de um salário ou menos. Observa-se pela tabela que apenas 6,3% dos que responderam possuem renda superior a dois salários mínimos mensais.

A combinação dos dados sobre escolaridade e renda revela uma situação de grande vulnerabilidade social dos moradores do povoado Ribeira. Pode-se inferir que essa situação esteja de alguma forma na base para pequena participação dos moradores no processo que deu origem à criação do PARNASI, não obstante o comprometimento dos pesquisadores e técnicos que elaboraram estudos e atividades como o DRP e audiências públicas. Segundo os dados coletados apenas 24% dos respondentes participou ou conhece alguém que esteve presente em alguma atividade desenvolvida para aquela finalidade, como é apresentado na tabela abaixo.

O perfil socioeconômico dos moradores do povoado também é útil para compreender a ausência de participação e a dificuldade de organização e reivindicação por um maior envolvimento na gestão do parque. A participação deve ser um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo.

A metade dos entrevistados não soube nem afirmar se houve mudança ou não. Em seguida, predomina as respostas que afirmam não ter havido mudança econômica. Tais resultados nos leva a inferir que talvez a unidade não tenha se posicionado enquanto agente de proteção ambiental, sendo esta função relacionada pelos moradores ao IBAMA.

A partir das entrevistas e dos relatos, constatou-se que houve poucas ações de Educação Ambiental, que contribui para o processo de invisibilização da comunidade. Esse conceito refere-se a não participação ou à pseudoparticipação das comunidades do entorno de UCs. Os pontos de vistas de boa parte dos atores envolvidos são invisibilizados, preponderando o discurso hegemônico daqueles que detém poder.

A participação deve ser um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Ao não participarem do processo de conservação a comunidade acaba sendo invisibilizada. Assim, o termo invisibilização é usado para problematizar a exclusão das populações locais no processo

de conservação do ambiente natural em que vivem, considerados como “receptáculos de políticas ambientais”, que são, na maioria das vezes executadas autoritariamente.

Assim, o papel a ser desempenhado por eles precisa ser repensado, apontando para uma crescente discussão de temas ambientais que “combina o apelo à preservação do meio ambiente com a valorização da participação e/ou dos conhecimentos das populações locais nesta preservação” (GERHARDT, 2007, p.02). Essa temática será aqui discutida:

Por ser o discurso *pseudoparticipativo* e a *invisibilização do Outro* são práticas recorrentes nas interpretações de especialistas em políticas ambientais produzidas nos meios científicos, creio que estes temas devam estar sempre sendo motivo de preocupação de pesquisadores interessados em compreender problemas e conflitos sociais relacionados ao tema das áreas naturais protegidas (GERHARDT, 2007, p.03).

Dessa forma, é necessário problematizar alguns dos “lugares” conferidos a comunidade da Ribeira, que nas interpretações de profissionais da ciência, na maioria das vezes, são tratados como grupos subalternos, sem nada a oferecer, a não ser risco para a conservação.

De acordo com a antiga coordenadora do IBAMA, foi realizado um DRP (diagnóstico rápido participativo) durante a implementação da UC. Em entrevista, a responsável pelo IBAMA na época da criação do PARNASI fala:

Na época eu não fiz DRP, essa tarefa foi delegada a uma equipe técnica, não me recordo agora. Eu fiz observação e fiz entrevistas, inúmeras entrevistas com pessoas-chaves, então eu peguei pessoas antigas que sabiam da realidade da Serra de Itabaiana, de bem antes da década de 80, antes de se falar em Unidade de Conservação, que não tinha nenhum interesse da proteção da área, para ver o que representa a Serra para eles e o que representava naquela época, então eles falavam que a Serra sempre foi um espaço para passeio, era uma área que sempre faziam manifestações religiosas, no dia de todos os santos subiam a Serra, diversos tipo de romarias na semana santa como ato de penitência, mas que sempre foi uma espaço digno de lazer da comunidade, um espaço de coleta de plantas medicinais eventualmente, um espaço onde levavam o gado pra comer as gramíneas e capins quando tinha secas e que sempre foi um espaço como se fosse uma área de uso comunal, apesar de ter propriedades particulares, todas as áreas. Tem Terra preta, água fria, a área do ICMBio (Depoimento coletado, representante do IBAMA na época)

Porém, ao decorrer de todas as nossas visitas, nenhum dos entrevistados recordou de tal procedimento. Dessa forma, a pesquisa trabalhou com a hipótese de que o diagnóstico foi realizado de forma pseudoparticipativa, já que não ficou nenhuma evidência de sua realização na mente dos moradores. Faz-se necessário “denunciar o caráter etnocêntrico, populista e autoritário de abordagens que se pretendem participativas ou, no mínimo, que desejam ‘ouvir’ as ‘opiniões’ dos interessados em

discutir instrumentos de política pública vinculados à implementação e gerenciamento de áreas naturais protegidas” (GERHARDT, 2007, p.03).

Em todo o processo da criação do PARNASI consultas públicas foram realizadas houve a participação de alguns líderes políticos locais (prefeita, vereadores, etc.). Entretanto, tal participação demonstrou ser algo apenas para o cumprimento do que propunha a legislação, pois não houve a representação e discussão acerca dos interesses das comunidades locais envolvidas. Apenas um entrevistados, presidente da associação de moradores da Ribeira, demonstrou lembrar tais audiências: “é eu me lembro, não direito, mais teve umas reuniões sobre a proteção aí das serras [...] fui em uma acho, mas nem sei direito viu”.

Constatou-se também que a gestão da UC concebe a comunidade como invasora, avaliando as atividades realizadas por elas como ilegais, desconsiderando o fato de serem atividades que garantem sua sobrevivência. Muitas vezes as populações locais são consideradas pela gestão da UC como problemas administrativos, pois estariam “[...]‘ocupando’ e ‘explorando’ ilegalmente as unidades de conservação” (GERHARDT, 2007, p.13). Entretanto, não levam em consideração, que são pessoas reais, que estariam realizando suas atividades de sobrevivência.

Trabalha-se com a ideia pronta e acabada da legislação e das leis que regem o SNUC, como se estas estivessem aí desde sempre e para sempre e não representassem o resultado concreto (a objetivação) de lutas sociais envolvendo interesses distintos e conflitantes. Em suma, aplica-se a máxima ‘lei é lei e deve ser cumprida’, sendo que todos os esforços possíveis deveriam ser feitos para o que ou quem estivesse ‘fora da lei’ [...] voltasse a proceder conforme mandam os preceitos legais (GERHARDT, 2007, p.22)

A comunidade do povoado Ribeira, assim como muitas outras do entorno do PARNASI, foram invisibilizadas durante o processo de criação da UC, e seus gestores, pregam a sua retirada devido aos prejuízos que trazem para área protegida e a si próprios.

Para alcançar o envolvimento sustentável da comunidade, no mínimo a participação funcional deve ser alcançada, que no caso em particular de estudo, é a proposta mais provável visto que grandes decisões já foram tomadas e o envolvimento da comunidade não aconteceu nos estágios iniciais de planejamento. Porém, a predominância é da participação passiva, pois muitos só foram informados depois dos acontecimentos.

4. Considerações Finais

A partir do estudo realizado constatou-se que ocorreram poucas ações de EA e que pouco foram absorvidas pelos participantes. Para a minimização do processo de desinvisibilização da comunidade é importante que durante a elaboração do plano de manejo os moradores sejam efetivamente ouvidos e quiçá, seus conhecimentos e saberes sejam levados em consideração. Além disso, é imprescindível que a gestão do PARNASI adote práticas educativas, pautadas principalmente na EA para que a conservação ambiental seja eficiente e a comunidade do entorno conviva de forma equilibrada, a fim de manter os recursos naturais da área que vivem.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê que, em unidades de proteção integral, os conselhos gestores sejam consultivos e deliberativos, dados os limites previstos em lei. O fato de o conselho ser deliberativo deve ser compatível com a garantia de que todos(as) os(as) envolvidos(as) possam decidir sobre a área, respeitando-se a lei maior que rege uma determinada UC.

Não obstante significar um importante passo, a simples existência da norma não garante uma gestão democrática da UC's posto que sua aplicação e materialização depende das condições sociais, culturais e políticas locais. A participação da comunidade envolvida contribui para uma melhora na conservação das UC's. "Na elaboração das estratégias de conservação, essas populações não somente devem ser ouvidas, como devem dispor de poder deliberativo nos órgãos de decisão, o que raramente acontece em países como o nosso" (DIEGUES, 2000, p.43).

Ao se sentirem atores do processo de conservação podem construir um futuro melhor. Quando se usam métodos participativos "as comunidades rurais têm mostrado uma criatividade inesperada e grande capacidade de apresentar e analisar informação, de fazer diagnósticos, de planejar, manejar e avaliar" (PIMBERT & PRETTY, 1994, p.203).

A participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser "agente ativo" no processo em que estiver envolvido. Como meio para superar esse quadro de vulnerabilidade tanto social e econômica, como cultural e política, a EA pode ser uma importante ferramenta para que as comunidades no entorno do PARNASI possam vivenciar um processo de empoderamento e assim participar mais decisivamente de seus destinos.

Os planos de manejo devem abranger além dos dados biogeoquímicos sobre a biota, localização, entre tantos outros aspectos físicos, a visão da comunidade sobre a Unidade de Conservação, a caracterização populacional, a descrição sobre os usos, ocupação e cosmologia do uso da terra e os usos tradicionais da fauna e da flora. Tais aspectos são extremamente positivos para a UC, pois a presença das comunidades deixa de ser tratada apenas como algo numérico, e passa a ser problematizada no plano de manejo.

As tomadas de decisão por parte da gestão devem ser pautadas no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma Unidade de Conservação e a região onde esta se insere. Faz-se necessário, somarem-se a esses aspectos, os desejos e anseios da comunidade que tradicionalmente necessita de recursos advindos dos espaços naturais protegidos. Para isso, é imprescindível que haja ações de Educação Ambiental para que a comunidade desperte o sentimento conservacionista e ganhe voz nos processos de tomadas de decisão.

A partir das observações nos trabalhos de campo pode-se observar que a população não segue uma cosmologia lavoseiriana de equilíbrio da natureza, sem uma ideologia de exploração limitada dos recursos naturais, a fim de manter o equilíbrio do universo. Puderam-se perceber também alguns discursos de conservação construídos por imposições, apresentando uma ideologia adquirida por terceiros, sem a prática efetiva da conservação. Porém, pudemos encontrar também práticas culturais sem a ideologia conservacionista, que visam a manutenção dos estoques de recursos, na qual os moradores seguem regras culturais para o uso dos recursos naturais, e mesmo sem uma ideologia claramente conservacionista são sustentáveis.

A EA “deverá ter uma papel fundamental na mudança das mentalidades e na incorporação dos fundamentos do pensamento sustentabilista” (RODRIGUES, SILVA, 2010, p.197). Em longo prazo, ao sentirem-se atores principais no processo de conservação, a própria comunidade poderia desenvolver ações de EA autóctones que promovessem o uso racional dos recursos, além de desenvolverem o pensamento sustentabilista.

A comunidade estudada pode conservar e gerir com criatividade e competência o meio em que vivem, mas sem decorrer necessariamente de uma cosmologia de equilíbrio da natureza, nem de populações tradicionais, mas do desejo de manter um estoque de recursos, fazendo parte do seu modo de vida. As áreas naturais protegidas em que vivem populações podem ser transformadas em exemplos da reprodução de

comunidades locais sustentáveis, mostrando uma relação sadia entre o homem e natureza.

A Educação Ambiental tornar-se-ia uma ferramenta de sensibilização para a conservação do ambiente natural. Entretanto, é importante que seus alvos não sejam simplesmente cooptados em direção à apropriação dos conhecimentos impostos. Embora sejam conseguidas mudanças de valores através dela, nem sempre essa mudança é positiva, podendo trazer comportamentos negativos no sentido da conservação. Além disso, tal mudança pode acarretar a negatização ou invisibilização dos valores antigos que possuíam.

Portanto, a gestão do PARNASI deve adotar ações que sejam pautadas no conhecer, no fazer, no viver e no ser, para internalizar a sustentabilidade ambiental na comunidade do entorno, e promover uma educação para alcançar a sustentabilidade.

Referências

ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e proteção de recursos naturais em unidade de conservação. In **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Vol.10, n.1, Jan/Jun, 2007, p.11-27.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.

GERHARDT, C. H. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 13, Recife. GT Ambiente e Sociedade. Recife, 2007.

LEFF, Henrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PIMBERT, M. P., PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no manejo de áreas protegidas. In: **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

RODRIGUES, J. M. M., SILVA, E. V. da Silva. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios**. 2ªEd. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação – **SNUC**, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004, 56p.